

# ESCÂNDALOS, TSUNAMIS E MAROLAS

## Apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade\*

Roberto Grün

### Introdução temática

Segundo a Wikipédia, o Brasil passou por 97 escândalos políticos e financeiros na década de 1990. Na primeira década do novo século, foram registrados 125 eventos “dessa natureza”.<sup>1</sup> Essa catalogação parece comprovar a crença popular de que “o Brasil não tem jeito”. Um exercício sociológico talvez ajude a discutir essa crença arraigada, qualificá-la numa perspectiva analítica e, oxalá, também

\* Esse artigo foi escrito a partir de pesquisas financiadas pelo CNPq e pela Fapesp. Agradeço o apoio das duas entidades. Agradeço também a secretária e os pareceristas anônimos da *RBCS* pela agilização, leitura crítica e sugestões. Mais uma vez, os jovens pesquisadores do NeseFi/UFSCar forneceram o estímulo intelectual e pessoal para o desenvolvimento da pesquisa e da análise.

*Artigo recebido em 20/05/2010*  
*Aprovado em 26/04/2011*

ajudar a sociedade a controlar seus efeitos nefastos que se propagam em diversas esferas da sociabilidade.

Num primeiro momento, poderíamos coonestar o dito popular, segundo o qual “o Brasil é um escândalo”. Numa segunda reflexão, menos conjuntural e sanguínea, talvez seja interessante invocar a sociologia para complicar um pouco o senso comum. Nesse sentido, a tarefa é mostrar que os escândalos podem ser alguma coisa maior e mais complexa do que a simples manifestação de descalabros (Thompson, 2000; Chaia e Teixeira, 2001; De Blic, 2003; Neckel, 2005; Adut, 2008). Nessa linha, sugiro que os escândalos podem ser utilmente tratados como uma forma de ação, de controle e também, por vezes, como um mecanismo de mudança social. Através dos escândalos, a sociedade abandona, reitera, altera ou cria normas de convívio e de legitimação.

Os escândalos fazem transparecer mudanças sociais mais ou menos profundas, que foram gesta-

das na *longue durée*, sem que a percepção social as tivesse acompanhado e, quando eles explodem, nos damos conta súbita e dramaticamente das transformações em questão. O corolário dessa hipótese é que os nossos escândalos, pelo menos analiticamente, deveriam ser vistos não como uma manifestação da danação eterna do Brasil e dos brasileiros, mas antes uma evidência do vigor com que a sociedade discute, preserva ou altera as normas que ela reputa corretas ou erradas. Nesse caso, estaríamos diante de uma variação, ou generalização, daquela afirmação mil vezes repetida por todo o Ocidente, sobre a “fragilidade da democracia”. Ainda que os percalços aconteçam aqui e ali, e que sejam dolorosos, na maior parte das vezes o brado sobre a democracia como “plantinha frágil” mostra que ela se preserva, apesar de sua fragilidade.<sup>2</sup> Mas então, o que quer dizer esse bordão tantas vezes evocado e cuja “não facticidade” não impede o seu uso continuado? Com Douglas (1986) lembramos que o uso continuado de bordões é uma técnica social conhecida de reiteração de convenções cognitivas. Alhures, a autora nos permite sugerir mais diretamente que essa é a forma específica como a democracia se enraíza cada vez mais e se torna incontornável como norma de convívio das sociedades contemporâneas (*Idem*, p. 17). Respirando a mesma inspiração na análise que agora apresento, trata-se de explorar uma abordagem durkheimiana sobre as formas dos ciclos de ação/imposição/reiteração/transformação da consciência coletiva das sociedades, de maneira análoga àquela que diversos autores empregaram para dar conta de fenômenos aparentemente tão díspares como escândalos em sociedades pré-modernas e em comunidades científicas (Gluckman, 1963; Fleck, [1935] 1979).

### **Caminhos empíricos e analíticos**

Chego à temática dos escândalos através da sociologia econômica. Os escândalos são um traço recorrente dos espaços empíricos estudados por essa especialidade, sobretudo do sub-ramo das finanças. Nesse espaço analítico são constantemente lembrados os papéis das crises e dos escândalos no progresso da regulamentação das atividades profissionais,

as quais, por sua vez, geram aumento, aceleração e diversificação dos ciclos de produtos a partir dos novos balizamentos institucionais que surgem da reação das sociedades ao clamor suscitado. Em suma, na perspectiva da sociologia econômica, os escândalos são eventos sistêmicos e previsíveis, que são parte intrínseca da regulação social da vida econômica (Cowing, 1965; MacKenzie, 2006; Reinhart e Rogoff, 2009). Assim, o problema que pretendo trabalhar no presente texto é o de estender essa interpretação dos escândalos para a vida social na sua generalidade.

Como exemplo, podemos invocar um caso ainda fresco na memória: os problemas levantados pela derrocada da Enron e outras grandes empresas norte-americanas e europeias no início da década de 2000 que suscitaram uma intensa rodada de regulamentação da legislação corporativa, em especial a lei Sarbanes-Oxley. Suas consequências espraiaram-se rapidamente por todos os países com mercados financeiros relevantes, a ponto de suscitar grandes transformações nas relações entre esses mercados e o restante das respectivas sociedades (Grün, 2003). E a reação dos financistas ao que foi considerado excesso de regulamentação gerou uma explosão nos fundos de *private equities*, que também se difundiram internacionalmente como formas de investimento menos controláveis pelos aplicadores, mas mais rentáveis e flexíveis (Grün, 2009). Nesse quadro, ficam bem estabelecidos o papel e a forma como as sociedades penetram e influenciam suas esferas financeiras, rompendo com o *business as usual* que normalmente confere autonomia a esses espaços. Crises e escândalos geram clamores que, ao mesmo tempo, pressionam e habilitam os agentes governamentais,<sup>3</sup> e mesmo os próprios financistas, a alterarem as regras do jogo e, por vezes, a controlarem as tendências mais anti-sociais engendradas na esfera financeira (Jankowski, 2002).

Os clamores suscitados são artefatos sociais que podem ser recuperados para a análise sociológica a partir da sua dimensão cultural. Com base neles, podemos primeiramente analisar a cultura econômica e sua dinâmica, mas também pensar nesse estudo mais geral, no qual os escândalos e as reações a eles se tornam bons pontos de entrada para a interpretação da dinâmica social em sua generalidade,

conferindo à análise uma abrangência bem maior do que a apreciação da atividade econômica e financeira. Em termos teóricos, procuro, mediante a análise dos escândalos, mostrar a pertinência de um materialismo cultural na discussão das sociedades contemporâneas, partindo justamente do seu cerne econômico – o campo financeiro. A dinâmica cultural da sociedade subsume sua vida econômica, e a exploração da face financeira dos escândalos permite-nos firmar essa hipótese (Grün, 2008a e b).

### Tipos de escândalos

Quanto aos tipos de impacto que os escândalos provocam, podemos pensar naqueles que conseguem inscrever novas normas sociais e naqueles cujos deflagradores pretendem reiterar formas vigentes em alguns segmentos, mas que não estão sendo mais respeitadas pela generalidade do corpo social. O primeiro tipo diz respeito a inovações importantes, como a extensão de direitos políticos e sociais, em especial a alteração do estatuto menos favorecido das mulheres ou dos negros, além da inscrição de novas temáticas e sensibilidades, como a da agenda ambiental. Nesse primeiro grande grupo, observamos um uso intensivo de capitais simbólicos e culturais produzindo eventos com forte conteúdo midiático, que chamam a atenção da sociedade para as *performances* e praticamente a obrigam a discutir os temas dos “escandalizadores” (Champagne, 1984). Aqui, falamos em “revoluções simbólicas” que alteram drasticamente a sensibilidade da sociedade para questões como as acima citadas. Exemplos da história cultural como o da Viena *fin-de-siècle*, em especial as estratégias escandalizadoras de Karl Kraus, e das artes, como a revolução pictórica inaugurada por Manet, são constantemente invocados como os *case studies* mais elucidativos dos eventos bem-sucedidos, ao passo que o fracasso da tentativa de banir o consumo do álcool como uma revolução mal-sucedida (Schorske, 1981; Gusfield, 1986; Bourdieu, 1992b; Bouveresse, 2001). O outro grande grupo de eventos, os “reiteradores” são os mais tipicamente catalogados como “escândalos”, sobre os quais me detenho neste momento (Bouveresse,

2001). Ainda que os do primeiro tipo ocorram no nosso cotidiano, os do segundo gênero produzem e ocupam mais constantemente as agendas contemporâneas. Eles podem ser vistos como instrumentos de conservação da ordem social, que tendem a congelar ou transformar apenas marginalmente a distribuição de capitais na sociedade. Procurarei utilizar a incidência desse grupo no Brasil recente para conduzir a análise adiante.

### “Escândalo-bras”: uma primeira rodada

A experiência brasileira recente sugere que os fenômenos que nos acostumamos a chamar de “escândalos” provocam primeiro uma forte onda de indignação na “opinião pública” que se sente ultrajada pelos acontecimentos e personalidades revelados e, por vezes, há um segundo momento, no qual os grupos identificados com as práticas que foram objeto do escândalo reagem, propondo explicações conspiratórias para o evento (Grün, 2008a). Podemos atribuir a eclosão dos escândalos a acontecimentos aparentemente fortuitos, como o assassinato da criança Isabella Nardoni em São Paulo.<sup>4</sup> Ou, no caso do “mensalão”, à forma de funcionamento do sistema político, que exigiria reparos. Os padrões, os temores e os clamores moralizantes unem os dois casos recentes. Mas é só isso? Há algo que distingue os dois episódios?

Sigamos a evolução dos escândalos e atentemos para as diferenças que levam alguns a transmutar suas estruturas. Em certos casos, eles começam com uma crítica geral a um comportamento ou episódio, totalmente compartilhada pela sociedade, mas depois se transformam em disputas entre dois padrões de moralidade ou de conduta. O exemplo histórico fundador é o do “caso Dreyfus” na França da passagem do século XIX para o XX. Além de sua importância intrínseca para a história daquele país, o episódio serve mais genericamente para marcar uma inflexão importante na conformação dos campos do poder das sociedades modernas, nos quais os poderes estritamente culturais se fortalecem pelo aparecimento das figuras contemporâneas do “intelectual” e do “jornalista” (Charle, 2004). Como quer o autor, os dois grupos apresentam papéis e formas de ação

diferentes e mesmo opostas, mas ambas expressam a importância que o eixo do capital cultural adquiriu e da necessidade de levá-lo em conta nas análises da sociologia política do mundo contemporâneo (*Idem*, pp. 202ss). Dessa maneira, é possível também dizer que os escândalos podem servir de reveladores sociais para a existência e a importância de novos grupos sociais, antes ignorados ou negligenciados quanto à sua importância e especificidade.

No início daquele episódio que marcou profundamente a sociedade francesa e repercutiu de maneira intensa em diversas partes do mundo, tratava-se de um escândalo na acepção mais comum do termo, no qual a “opinião” francesa manifestava seu incômodo pela presença de um judeu no corpo de oficiais do exército, e ainda mais, com acesso a documentos importantes para a defesa do país.<sup>5</sup> O resultado dessa malfadada novidade teria sido a venda desses segredos à Alemanha, então a maior inimiga da França. Logo, a correção desse deslize passaria pela reiteração do papel nefasto dos judeus no corpo social. A Revolução Francesa, ao proclamar e por em marcha a igualdade entre os homens, teria ultrapassado os limites do bom senso ao admitir judeus como cidadãos de pleno direito no corpo político da nação. O patriotismo dos judeus era matéria duvidosa, ainda mais quando se tratava daqueles de origem alsaciana como Dreyfus, considerados de cultura e lealdades mais próximas do universo germânico. Logo, incorporá-los integralmente ao Estado francês era um atentado ao senso comum conservador. E a primeira fase do “escândalo” Dreyfus mostrava para o mundo essa ultrapassagem perigosa.

Há que se ter em conta que no contexto europeu do período a retórica do antissemitismo estava se tornando a forma canônica de reiterar o pensamento político e social tradicionalista, que era contrário à expansão do sufrágio e dos direitos cívicos e sociais em geral. Não é por acaso que o episódio tenha despertado tantas paixões, tornando-se, pois, um momento privilegiado para reiterar a desconfiança contra todos os novos habitantes, recentemente investidos da capacidade formal de influir nos destinos dos povos (Marrus, Vidal-Naquet *et al.*, 1972; Blum, 1993; Noiriél, 2009).

Nesse sentido, tudo indicava que a condenação e o degredo do capitão teriam “acordado” a na-

ção francesa sobre o perigo agora conjurado, e em seguida os ânimos pareciam ter se acalmado. Mas houve a famosa reação deflagrada pelo artigo intitulado “J’accuse”, de Zola e o escândalo – a reprovação geral mudou para o “caso”, daí a expressão *l'affaire* (De Blic e Lemieux, 2005). Dreyfus encontrou defensores, que avocaram a sua defesa como uma defesa geral dos novos princípios republicanos e leigos. E a França acabou se dividindo em dois segmentos antagônicos, cuja polaridade foi determinante na cena política e cultural daquele país até o final da Segunda Guerra Mundial (Laborie, 1990; Blum, 1993; Sapiro, 2004; Sternhell, 2006). Em casos como esse, a divisão tende a se exacerbar e podemos mesmo falar numa guerra cultural que separa os dois pontos de vista e seus partidários. Nesse contexto analítico, muitos escândalos são manifestações agudas das guerras culturais que transcorrem quando as sociedades ampliam a democratização cultural, política e social. Podemos então (provisoriamente) falar em ao menos dois tipos de escândalos: aqueles em que há disputa social pela caracterização dos fatos e dos personagens e aqueles nos quais tal contencioso não aparece. Uma primeira tentação seria catalogar no primeiro grupo os escândalos “políticos” (já que a arena política, por definição, é um lócus de disputa) e no segundo grupo aqueles considerados “morais”, ou “de costumes” (nos quais a sociedade simplesmente “se defenderia” de alguma transgressão). Mas, mais uma vez a experiência mostra que devemos ter cautela nessa tentativa de pensar homologamente: o escândalo dos “anões do orçamento” não virou caso, enquanto o escândalo da “Escola Base” acabou virando um caso, na acepção que estamos dando aqui para o termo.

## Guerras culturais e escândalos

Nas guerras culturais são confrontados princípios distintos de estruturação de alguma realidade social. Por exemplo: homens e mulheres são inapelavelmente diferentes, porque nasceram cada qual com uma função específica na concepção de novos humanos, contra a concepção que enxerga homens e mulheres como iguais porque pertencem à mes-

ma espécie humana e, portanto, ambos merecem as mesmas chances de se realizarem nas diversas esferas da vida. Nenhum dos princípios está “errado”, mas eles são excludentes. Se começamos uma sequência de raciocínio a partir de um deles, não podemos incorporar o outro. As questões de gênero oferecem diversos outros exemplos: ou a mulher tem o direito de dispor do próprio corpo e, portanto, o aborto é um direito da mulher, ou o feto é uma vida humana indefesa que precisa ser defendida, e nesse caso o aborto deve ser proibido e severamente punido (Lakoff, 1996; Sobel, 2001). Seguindo para outra esfera, ou o governo é o pai dos pobres e deve ajudá-los sempre ou, ao contrário, todos devem aprender a ganhar a vida a partir de suas possibilidades. Neste caso, que está no centro das famosas guerras culturais norte-americanas da contemporaneidade, a posição conservadora diz que o excesso de interferência governamental na vida das populações assistidas é um erro e um contrassenso, à medida que diminui o empenho dos pobres em encontrar dentro deles mesmos as forças para superar as adversidades. Ele transforma indivíduos que deveriam ser cidadãos de pleno direito em dependentes e alimenta uma burocracia de assistentes sociais que se viabiliza profissionalmente fomentando a dependência dos pobres em relação ao Estado (Handler e Hasenfeld, 1991; Hunter, 1991).

Uma distinção interessante na temática sociológica dos escândalos é aquela proposta pela chamada “sociologia pragmática” (De Blic e Lemieux, 2005; Boltanski, 2007). Para ela, os “verdadeiros” escândalos são aqueles que conseguem inscrever duravelmente uma nova norma social, aqueles que chamei no início do texto de “transformadores”. O corolário é que os eventos que aparentam ser escândalos, mas não atingem tal marca, os que chamei de “reiteradores”, não passariam de tentativas fracassadas de escandalização. Configurações que não apresentam nem deflagram guerras culturais não seriam escândalos. Engendrada justamente para dar conta de eventos marcantes da sociabilidade política dos países centrais contemporâneos, essa tendência procura dar conta dos “tsunamis que terminam em marolas”, como os ataques sistemáticos sofridos por Mitterrand na França e Clinton nos Estados Unidos durante seus respectivos períodos presiden-

ciais (Garrigou, 1992 e 1993; De Blic e Lemieux, 2005). Poderíamos também enquadrar nessa rubrica os (não) escândalos que sacudiram o governo Lula (Grün, 2008 a e b).

Numa outra esfera, o fenômeno pode ser decomposto em duas dimensões. De um lado as temáticas que são postas em evidência. De outro, os atores que se mobilizam para chamar a atenção sobre elas e aqueles que são prejudicados pela súbita publicidade. Se abirmos a porta da interpretação dos escândalos como estratégia de publicidade ou política em particular, podemos rapidamente perceber que os escandalizadores não agem isoladamente nos espaços sociais que frequentam e intervêm. Pelo contrário, como mostra Dobry (1986) a propósito das crises políticas, para que surja um escândalo é necessária a colaboração direta e indireta de indivíduos e grupos situados em diversos subespaços do que Bourdieu (1989) chamou de campo do poder.

### “Escândalo-bras II”: o campo do escândalo

Mas o que querem dizer exatamente os termos “colaboração” e “campo”? O conceito de campo tenta justamente dar conta de um tipo de colaboração, ou de convergência, pouco transparente. São situações nas quais os indivíduos e os grupos estão explicitamente apartados. Nas suas subjetividades e na observação cotidiana são localizados como em concorrência. Mas quando observamos as configurações de maneira sistemática, tentando evitar as armadilhas do senso comum, encontramos quadros de colaboração objetiva entre eles. Nos espaços intelectuais como aquele que engendra os escândalos, o resultado principal dessa convergência contra-intuitiva é a conformação de uma problemática social, a percepção da sua premência a a produção de uma agenda e/ou maneira pela qual ela deve ser tratada. O boxe profissional é uma boa analogia nesse sentido: os lutadores podem se socar até a morte, mas mantêm a cumplicidade básica de fomentar o interesse público sobre o esporte e, em especial, sobre a luta que estão travando.

Essa cooperação com aparência de competição é uma das maiores armadilhas na busca de um sen-

tido para fenômenos como os escândalos que tentamos dar conta. Especialmente quando tratamos de eventos contemporâneos, nos quais quase necessariamente os próprios pesquisadores realizam investimentos emocionais e políticos intensos no sentido de se posicionar num dos lados da contenda. Os escândalos produzem contextos nos quais o essencial da história parece ser a substância temática do ultraje, e acusados, acusadores e contendores que disputam a “relatoria” do problema parecem separados por visões de mundo inconciliáveis e inapelavelmente hostis. E, sobretudo, o futuro da sociedade parece depender dos resultados do escândalo em tela. Se o lado em que nos posicionamos não preponderar, a sociedade mergulhará num abismo.

A presença simultânea de cooperação e competição entre os diversos agentes e agências que contribuem para a deflagração e a difusão dos escândalos sugere a utilidade de tratar esse fenômeno como um campo no sentido específico que a sociologia de Bourdieu confere ao termo (Bourdieu, 1979; Pinto, 2002; Champagne e Christin, 2004). Uma primeira leitura poderia refutar o uso do conceito, já que as análises que o utilizam focalizam situações com horizontes temporais bem mais longos do que os escândalos. Fala-se no “campo da arte brasileira no século XX”, no “campo econômico”, no “campo político”. Mas aqui, armados das evidências empíricas históricas e principalmente daquelas colhidas dos escândalos brasileiros recentes, propomos usar uma variante da mesma heurística para dar conta desse fenômeno que, no entendimento cotidiano, tem tudo para ser considerado passageiro e mesmo efêmero. Afirmamos então que existe um “campo do escândalo” que não produz somente um escândalo, mas que é uma verdadeira fábrica de escândalos, que engendra permanentemente a *forma escândalo* como criador de agendas, meio de expressão e ação social e também como artefato de alavancagem de trajetórias de indivíduos e grupos em diversos espaços sociais. Essa postulação menos intuitiva pode ser apreendida, entre outros, do exemplo citado sobre a análise da formação do espaço público e da função dos intelectuais e jornalistas naquela França do final de XIX dividida pelo *affaire*. A partir da criação do artefato social e retórico chamado “antisemitismo”, proposto por Edouard Drumont

em “La France Juive”, que repercute em todo o espaço social, cultural e político, alavancando a carreira de seu criador e gerando reações obrigatórias, o “problema judeu” torna-se um tópico de discussão obrigatório, ainda que seja para negar sua relevância. A partir daí, a forma escândalo difunde-se e quem quiser chamar a atenção para fenômenos sociais deve obrigatoriamente descrevê-los num envelope retórico que sugere a escandalização (Charle, 2004; Noiriél, 2009).

Em termos mais gerais, uma leitura via economia das práticas sociais afirma que a apresentação dos fatos como escândalos produz um bem coletivo, que é um trunfo social a ser compartilhado pelos diversos produtores dessa construção: o fenômeno ultrajante ganha proeminência na pauta das discussões sociais e, junto com ela, os especialistas no tema ganham evidência e encomendas tanto simbólicas como materiais. O campo engendra a percepção da urgência absoluta em tratar e resolver o motivo da indignação, sugerindo que “não podemos mais viver dessa maneira; não é mais possível tolerar ou acobertar a situação que se apresenta e nada mais pode ser resolvido enquanto esse problema (o motivo do escândalo) não for solucionado”.

Idealmente, a implicação de diversos grupos de agentes nos escândalos, que se traduz na aplicação das suas legitimidades e dos seus capitais culturais na criação e na reiteração da pauta do escândalo, acaba produzindo um “regime de verdade”, enviando a percepção social no sentido de selecionar fatos e versões que reiteram os motivos que produziram o escândalo e descartando quaisquer possíveis evidências que diminuam ou nuancem essa certeza ou a força da indignação (Foucault, Defert *et al.*, 2001, p. 158). Uma vez instalado o novo “regime de verdade”, aqueles que contribuíram para esse resultado serão beneficiados imediatamente pela acumulação de capital simbólico proporcionada aos porta-vozes dos reclamos da sociedade. Posteriormente, essa forma de capital poderá ser transmutada nas modalidades mais próprias de cada espaço em que os agentes e os grupos trafegam.<sup>6</sup>

Podemos então, com alguma cautela, aproximar os “regimes de verdade” produzidos no campo do escândalo aos famosos paradigmas científicos da filosofia da ciência de Thomas Kuhn, o que nos

ajuda a entender a dureza da agenda produzida e, portanto, a dificuldade de mudá-la ou de, no debate público, demonstrar a irrelevância das tentativas voluntaristas de mudar as pautas sociais (Kuhn, 1962; Fleck, [1935] 1979; Douglas, 1986). Mas a analogia encontra seu limite no fato de que, em vez de estarmos tratando de uma comunidade de cientistas que se reproduz em relativa autarquia, agora estamos diante de um espaço multidimensional, no qual agentes oriundos de diversos subespaços sociais convergem para a produção e a manutenção do “paradigma”. E essa diferença é importante porque coloca sistematicamente os agentes diante de *faux amis* que, quando analisamos o espaço da retórica, parecem estar integralmente alinhados na “cruzada”, mas conforme os acontecimentos evoluem, percebemos que raramente acontece essa convergência mais ampla (Bourdieu, 1984). Assim, se a dureza da agenda aproxima o regime de verdade dos escândalos da ideia de paradigma, a composição do círculo dos escandalizadores tem uma morfologia multidimensional que torna esse agrupamento muito diferente das comunidades intelectuais.<sup>7</sup>

Nesse sentido, é fácil notar que os membros do ministério público competem com jornalistas e políticos na paternidade e no “protagonismo” associado aos eventos. É um pouco menos evidente que uns se alimentam dos resultados dos outros. É fácil ver que em cada um desses espaços, os produtores de escândalos estão disputando posições com outros grupos de agentes. É menos evidente que há uma homologia de posições, mostrando que cada um desses grupos de escandalizadores está posicionado em seu respectivo espaço na condição de “jovem desafiador”.

A multidimensionalidade pode ser inferida porque os escândalos mobilizam grupos de atores em diversas esferas da sociedade. Ao que pode se depreender, os diversos grupos têm em comum a característica de serem sociologicamente jovens. Frequentemente, são também herdeiros presuntivos de capitais simbólicos familiares ou corporativos os quais, no curso do escândalo, acabam se transmitindo mais rapidamente do que aconteceria sem esse fator interveniente. Essa característica comum produz uma homologia de situação capaz de gerar simpatias e colaboração, mas também enor-

mes mal-entendidos.<sup>8</sup> Jovens desafiadores têm em comum a necessidade de mudar parcialmente os parâmetros de excelência dos seus respectivos campos para apressarem suas carreiras, mas a história inscrita em cada um desses espaços produz *habitus* diferentes e engendra sensibilidades, possibilidades de expressão e de atuação muito diversas. A irreverência dos jornalistas é impossível entre os juristas, mesmo os mais jovens. E ocorre exatamente o contrário com o formalismo dos juristas no espaço dos jornalistas. Os acordos são absolutamente necessários para a eficácia de qualquer ação política, mas são abominados pelo espaço jornalístico. A menção explícita ou mesmo implícita às preferências ideológicas é praticamente obrigatória na esfera política e inconcebível na esfera jurídica. Há assim aspectos que separam drasticamente cada um dos campos, e quando, durante os contenciosos, eles entram em contato mais estreito, essas diferenças podem gerar desentendimentos muito intensos. Esses desentendimentos que, como vimos, têm características estruturais acabam se tornando uma espécie de freio impedindo que a maioria dos escândalos se transforme em “verdadeiras” crises institucionais. Diminuem ou alternam o ímpeto das crises, tornando menos previsíveis seus desfechos e fomentando a ideia de que tudo acaba virando “pizza”.

### O campo do poder e o poder (heurístico) dos escândalos

Evidentemente, cada escândalo é “único” em suas características temáticas e estruturais, mas podemos adiantar que o estudo genérico da mecânica do fenômeno geral permite uma boa entrada para a análise do chamado “campo do poder” (Bourdieu, 1989). Esse espaço central das sociedades contemporâneas é o local onde as elites dos diversos campos sociais se encontram, competindo pela proeminência de seus capitais específicos, mas cooperando na operação básica de produzir e aceitar regras gerais de convívio e, ainda que parcialmente, a legitimidade dos capitais alternativos, criando assim o espaço de convivência, cujos resultados mais imediatos são o alargamento e a “complexificação” das agendas aceitas pelas sociedades (Bourdieu, 1981;

Bohn, 2006). E, mais do que uma entrada genérica para o fenômeno, que nos fornece principalmente uma radiografia mais ou menos estática do espaço social, os “casos” resultantes da transmutação dos escândalos abrem a janela para a análise da dinâmica social do espaço das elites, pois neles se evidencia as tendências à valorização ou à desvalorização dos capitais de cada grupo.

Nos escândalos, reputações antes “ilibadas” ou “geniais” são manchadas para sempre e novos “paladinos da justiça” ou “pensadores paradigmáticos” aparecem, desbancam seus antecessores e iniciam carreiras nos diversos subespaços do campo do poder. A concepção estrategista e as mitologias contemporâneas sobre os processos políticos a que assistimos costumam acentuar o caráter ativo, racional e calculado dos *scandal-makers* na constituição do fenômeno (Garrigou, 1993). É possível que essa vertente, a partir de um uso irrefletido da nossa predisposição a acreditar em conspirações, explique convincentemente a deflagração dos escândalos. Mas, e os desfechos?

Ao olharmos o espaço empírico dos escândalos retrospectivamente, o encanto da explicação estrategista se desfaz. Os indivíduos e os grupos competentes (no duplo sentido de competirem e de disporem das competências para criar escândalos) conseguem iniciar escândalos e se projetar no seu decorrer, mas uma vez entrados no tabuleiro político, esses fenômenos ganham características multidimensionais cujo controle é praticamente impossível. Haja vista, mais uma vez, a experiência brasileira recente. O processo, do qual se esperava o esvaziamento do capital político de Lula e de seus seguidores, acabou gerando uma mobilização, primeiro política e depois eleitoral, que lhes foi favorável, na medida em que contribuiu para a mudança da agenda econômica da sociedade no sentido de torná-la mais próxima da sensibilidade dos apoiadores de Lula, que então se desdobraram na tarefa de alcançar a reeleição de seu líder (Grün, 2008). Três anos depois, Lula havia alcançado a reeleição e ostentava os melhores índices de popularidade já alcançados por um presidente da república (Canzian, 2008).

Um dado irrecorrível das sociedades contemporâneas é a constituição de um vasto círculo de

*experts*, agentes atuando nos meios de comunicação e no público alargado, no seio do qual se engendra a crença de que os escândalos são atividades produzidas e controladas pelos indivíduos que detêm essa competência específica. A crença alimenta-se e funciona em várias esferas. De um lado, as teorias conspiratórias que vicejam na sociedade, apontando, desnudando e produzindo protagonistas e interesses velados que estariam por trás de quaisquer acontecimentos, ou “não acontecimentos”, que promovem ou prejudicam os “poderosos”. Diversas variantes dessas mitologias políticas e sociais circulam permanentemente com maior ou menor ênfase circunstancial (Birnbaum, 1979; Girardet, 1986; Medina, 1992; Weber, 1999; Taguieff, 2005). Forças ocultas estariam por trás da Revolução Francesa (a mãe de todas as conspirações), das guerras, das crises econômicas e mesmo de desgraças naturais, como variantes recentes de um enredo que começou a se formar em torno dos supostos complôs de judeus que estariam envenenando os poços da Provença medieval para eliminar os seus vizinhos cristãos (Ginzburg, 1992; Taguieff, 2005). Por serem realidades ficcionais onipresentes, essas formas culturais estão fadadas a ganhar alguma verossimilhança sempre que são invocadas. E estando disponíveis nessas arenas competitivas que são os mercados editoriais, eleitorais ou esotéricos, elas têm grande probabilidade de reaparecerem com alguma constância. No mundo contemporâneo, há uma linhagem que na sua variante brasileira se inicia com o *Despertar dos mágicos* (Pauwels, 1975) e, provisoriamente (já que o aparecimento de um novo *best-seller* conspiratório é extremamente provável), teve seu último grande representante no *Código Da Vinci* (Brown, 2004). Essa sequência de edições obteve enorme sucesso internacional e também no Brasil. Por mais que concedamos que essas leituras possam ser reconhecidas como ficcionais pelos seus receptores, é difícil de imaginar que essas narrativas também não construam um cânone interpretativo que será acionado em situações “da vida real”, estruturando e dando conta das percepções dos acontecimentos “concretos” (Ginzburg, 1983 e 1992; Taguieff, 2005).

Paralelamente, aparecem as ideologias e as teo-diceias profissionais dos diversos ofícios modernos

ligados ao convencimento político, de consumo, financeiro etc. Os “marqueteiros”, especialistas em táticas eleitorais, publicitários, conselheiros financeiros e especialistas em autoajuda são estruturalmente compelidos a acreditar e a fomentar a crença na eficácia de suas atuações e instrumentos. Como afirmou Schudson (1984) seminalmente a propósito da propaganda comercial, eles podem, ou não, ser capazes de influenciar suas audiências nas formas e proporções que anunciam, mas, primeiramente, devem fazer seus financiadores e clientes acreditarem nisso. É claro que os profissionais em questão se supõem racionais e equilibrados, não reconhecendo nenhum parentesco com os adeptos das teorias conspiratórias, considerados esotéricos, descompromissados e alienados. Mas é difícil imaginar que as tentativas de dar verossimilhança às suas ferramentas de análise e intervenção, que insistem no primado da ação política voluntarista (ainda que “cientificamente” informada) sobre a estrutura social nos comportamentos individuais e na sociedade, não se alimentem das crenças anteriores nas galáxias conspiratórias. Nesse sentido, um ponto interessante da cena brasileira contemporânea é a centralidade do personagem “Daniel Dantas” em diversos conteúdos políticos, econômicos e mesmo policiais.<sup>9</sup>

### A (perversa) pedagogia dos escândalos

A experiência brasileira recente também pode servir para mostrar que, para a concretização de um escândalo, é necessário um processo talvez ainda pouco explicitado de *agenda setting*. A discussão e a correção dos fatos ou situações ou condutas considerados reprováveis devem ganhar prioridade sobre quaisquer outros problemas ou realizações do momento, aproximando a análise dos escândalos à das crises políticas, conforme o trabalho esclarecedor de Dobry (1986). Nessa construção, os escandalizadores provenientes das diversas esferas tornam-se colaboradores interessados na alçada do assunto em “problema premente e inadiável” (em detrimentos de outras questões, as quais, por sua vez, perdem prioridade). Certamente eles se nutrem da reiteração da escandalização: como na III República francesa do *affaire*, a repetição de escândalos das mais

diversas origens nos acostuma com essa forma de apresentar problemas, situações e operadores da construção dos fatos.

A imprensa que, afinal, acaba dando vida aos escândalos, conferindo-lhes destaque, já tem neles fontes quase certas de interesse pelos seus produtos. Desde muito tempo e em diversas latitudes, seus agentes estão treinados a, antes de tudo, evitar uma “barriga” – deixar de pautar e desenvolver reportagens específicas sobre um evento escandaloso que os demais órgãos e mídias estão evidenciando; e neste caso importa menos sua verossimilhança do que perder espaço na dureza da concorrência (Bueno, 2007; Tuchman, 1978; Neveu, 2001; Charle, 2004; Gans, 2004; Molica, 2005). Ademais, do ponto de vista desse constrangimento organizacional e profissional, o escândalo acaba se tornando um estilo canônico de se apresentar os fantasmas e dilemas da sociedade brasileira. Esse efeito de campo é muito interessante e talvez ajude a demonstrar uma evidência contra-intuitiva: a partir de meados de 2008, quando a imprensa internacional passa a pautar o Brasil muito favoravelmente, como o gigante que está acordando tanto na esfera econômica como na social, vemos que a imprensa brasileira participa ativamente do campo do escândalo, mantendo a agenda da formação de escândalos sucessivos, que reiteram o famoso “complexo de cachorro vira-latas”, em detrimento da apreciação internacional positiva sobre o país (*The Economist*, 2009).

Olhando mais uma vez nosso tema por uma lente de economia das práticas, vemos que no seio do espaço construído como o campo do escândalo a ação conjuntamente complexa dos diversos grupos de atores acaba gerando o próprio escândalo como um bem coletivo a ser explorado por todos que contribuem para a sua gênese e desenvolvimento. Mas talvez essa linguagem “economicista” contribua para formatar uma visão demasiadamente instrumental e, paradoxalmente, ela acaba nos induzindo a uma sociologia ingênua desse fenômeno, que é inexplicável sem recurso à sua dimensão cultural e identitária. Exploreemos o que pode significar a caracterização do nosso “bem coletivo” como um artefato cujas características o aproximam do que chamou de um “regime de verdade” (Foucault, Defert *et al.*, 2001, p. 158). Como podemos de-

prender da lição seminal de Fleck, acreditar no escândalo e ajudar a inflá-lo é também, inextricavelmente, uma maneira de afirmar o pertencimento a uma comunidade ou grupo, em especial, no nosso caso, do espaço das profissões ligadas à mídia (Fleck, [1935] 1979). E o corolário é também digno de nota: “desconfiar” do escândalo produz uma forma de estranhamento que pode significar a expulsão do incréu do espaço profissional e do convívio social no qual ele está ou quer ser inscrito. Sobretudo no momento atual, em que a profissão de jornalista passa por mutações aceleradas suscitadas pelas novas mídias e suportes ligados à internet, que permitem o questionamento da especificidade profissional dos jornalistas, a crença e a produção da pauta dos escândalos acabam se revestindo de um forte caráter identitário, remetendo o fiel à adesão aos cânones tradicionais do ofício. Mais diretamente, arrisco-me a estender o ponto básico da sociologia da religião de Durkheim e afirmar que aqui, como em qualquer outra sociedade, a crença é antes de tudo um fenômeno coletivo e ligado à afirmação de uma determinada ordem social e do vínculo do “crédulo” a ela.

### **Escândalos na reprodução social das elites e no desafio a elas**

A temática dos escândalos revela outra característica pouco evidente: normalmente (e quase obrigatoriamente), ela consiste na reiteração, mais ou menos inventiva, de uma norma social compartilhada, pelo menos nas esferas de sociabilidade das elites. No seminal caso Dreyfus, lembremos ao mesmo tempo o caráter “jovem e desafiador” dos antissemitas franceses do final do século XIX, principais agentes da propaganda *antidreyfusarde*, bem como a ligação nem sempre muito bem esclarecida entre o antissemitismo moderno e o antijudaísmo tradicional (Gilman e Katz, 1991).<sup>10</sup> Como registram Sternhell (1984) e Noiriel (2009), foram os constrangimentos do jogo político e cultural que levaram aqueles jovens a produzir e usar a carta antissemita para afirmar suas carreiras profissionais, renome intelectual e, finalmente, conduzir sua inserção na esfera das elites. Teriam até mesmo pro-

duzido o fenômeno do antissemitismo moderno e sua inscrição na agenda política e cultural francesa da época (Noiriel, 2009). Não é por acaso que os indivíduos que poderíamos classificar sociologicamente como jovens membros das elites costumam ser os principais operadores dos escândalos. No jogo interno dos campos que compõem o “campo dos campos” do poder, eles estão atuando no papel de recém-chegados, ávidos para conseguir uma aceleração nas suas carreiras, constituindo-se então em desafiantes do campo, cuja principal arma retórica no intuito de apressar sua passagem para as posições dominantes em seus espaços respectivos consiste em lembrar ou reiterar os princípios morais tradicionais que regem o convívio interno e que estariam sendo esquecidos ou conspurcados pelos membros dos polos dominantes das elites. Nesse sentido, os “jovens” arvoram-se o cetro de “verdadeiros” paladinos das normas tradicionais do espaço e, assim, podem afirmar que fazem jus à passagem para o polo dominante, por causa da incapacidade dos mais velhos em manter os valores compartilhados.

Na busca de analogias, poderíamos apresentar, como faz Bourdieu (1992a), esse tipo de comportamento como uma variante do comportamento dos *juveniles* na França medieval: eles eram os rebentos das famílias nobres que ainda não tinham conseguido encontrar ou estabelecer um feudo a partir do qual pudessem constituir uma família nobre legítima. Por isso, viviam um cotidiano de errância, procurando situações nas quais sua bravura e espírito cavaleiresco fossem postos a prova e valorizados. Em geral, essa postura “sincera e generosa” contrastava com o espírito acomodado dos senhores feudais já estabelecidos e, dessa maneira, os últimos perderiam a legitimidade e deveriam entregar seus postos aos jovens mais comprometidos com os valores da época. A reiteração desse tipo de comportamento funcionava ao mesmo tempo como um difusor e retro-alimentador constante dos valores legítimos do feudalismo, além de ser um mecanismo de reprodução social da ocupação das posições disponíveis (Duby, 1997).

No caso brasileiro recente, quando os conspurcadores são oriundos de espaços dominados do mundo social, como no caso do grupo de Lula no Brasil do início do século XXI, esse jogo se faz ain-

da desimpedido, pois a “velha geração”, taxada de “complacente”, sequer protesta contra a ação dos mais jovens, uma vez que esta não se dirige ostensivamente contra ela. É no halo desses processos que se apressa a passagem dos capitais políticos familiares. Em notável analogia, assistimos então recentemente no Brasil à *performance* extremamente midiaticizada de diversos herdeiros de famílias políticas tradicionais. É explícita a passagem do bastão partidário do PFL/DEM das mãos da velha geração para a mais nova, num interessante processo em que a simples observação das idades cronológicas dos personagens não indicaria tal ocorrência. É assim que Jorge Bornhausen, aos 69 anos de idade, entregou o comando do partido a Rodrigo Maia, filho do prefeito do Rio de Janeiro César Maia e também quadro político importante da mesma agremiação. E no momento do episódio, a idade de Rodrigo era de 36 anos, enquanto a média de idade dos deputados federais eleitos em 2006 era de 51 anos. Cumpre também ressaltar que entre os outros “denunciadores implacáveis dos desmandos de Lula e de seu séquito de malfeitores” estavam, na primeira fila, os também herdeiros Antonio Carlos Magalhães Neto, neto do grande “cacique” político Antonio Carlos Magalhães e nascido em 1979, além de Gustavo Fruet, nascido em 1963 e filho do ex-prefeito de Curitiba Maurício Fruet (Matais, 2007; Nery, 2006; Guerreiro, 2007; Ulhôa, 2007).<sup>11</sup>

No espaço jurídico alterado pela Constituição de 1988, esse processo ocorre de maneira ligeiramente diferente, ainda que também reflita uma dinâmica geracional. De um lado, o aumento de visibilidade de alguns setores de origem recente em detrimento de outros mais antigos, fazendo crescer a imagem dos procuradores e dos delegados contra os juízes; de outro, mostrando o “empenho e determinação” dos jovens recém-chegados, contra a “acomodação e complacência” dos mais velhos. Mas mesmo no caso das diferenças entre as profissões, é necessário ter em conta que principalmente as procuradorias são de configurações recentes e formadas majoritariamente de indivíduos mais jovens, tanto cronológica como sociologicamente, e nesse caso a disputa jurisdicional também se trava entre as novas corporações e as antecedentes, que, eventualmente, podem perder espaço e prerrogativas.

Dessa maneira, a análise dos escândalos também revela uma função alargada de reprodução social das elites. De um lado, nas sucessões geracionais internas aos setores estabelecidos; de outro, no combate entre setores estabelecidos e os desafiantes. Uma vez que os escândalos se sucedem, as técnicas necessárias para deflagrá-los acabam se tornando história incorporada do sistema político e midiático. Dessa maneira, eles ficam registrados como ferramentas à disposição de indivíduos e grupos socializados no campo do poder e, conseqüentemente, essa memória também torna altamente provável a deflagração de novos escândalos (Bourdieu, 1980).

Uma questão correlata é a substância específica a ser elevada à condição de prioridade social pelos escândalos. Já que a forma mais comum de produção de escândalo consiste em exigir o cumprimento de alguma norma consagrada, mas enfraquecida, os escândalos castigam prioritariamente quaisquer experimentações sociais que estejam sendo engendradas, pois elas são mais facilmente enquadradas como abominações ou transgressões. Não necessariamente os escândalos são episódios de conservadorismo social, mas no mais das vezes sim, e, principalmente, a escandalização como forma de ação política facilita muito o trabalho dos restauradores sociais, já que reitera a familiaridade com essa forma de ação que é muito favorável ao conservadorismo e mesmo ao regressismo (Muel-Dreyfus, 1996). No Brasil contemporâneo, essa tendência aparece nas sugestões sobre o caráter nefasto de programas sociais como o Bolsa-família, que estaria produzindo uma legião de indolentes, desinteressados em trabalhar, uma vez que os governos lhes concedem “do quê viver” independentemente de qualquer esforço pessoal para mudar a situação (Cabral, 2009). Seguem na mesma direção as críticas a movimentos como o MST – Movimento dos Sem Terra, a medidas para minorar a desigualdade de chances no sucesso escolar (sobretudo o sistema de cotas de vagas reservadas a grupos considerados desprivilegiados), ao reconhecimento social e oficial de relações afetivas homoeróticas e a programas de contracepção (sobretudo quando se discute a interrupção de gravidez).

## A guerra cultural e a “opinião pública”

Escândalos “pautam” diversos aspectos da vida social, e fazer sondagens é justamente a maneira consagrada de auscultar a “opinião pública”. As flexões sociais de sentido em torno do conceito de “opinião pública” são outro ponto interessante que aparece na fenomenologia dos escândalos contemporâneos. A análise de aspectos nem sempre bem explicitados das pesquisas de opinião e dos seus usos sociais é reveladora de características importantes dos escândalos.

Numa epistemologia ingênua, assim como escândalos seriam simplesmente manifestações de descalabros, as pesquisas seriam apenas “fotografias de cada momento” e a sequência de sondagens sobre um determinado assunto seriam “filmes” que representariam a evolução da sua apreciação pela sociedade. As pesquisas seriam técnicas neutras que, em nenhum dos casos, interfeririam na realidade auscultada. Elas apenas a “descobririam”, sempre ajudando a sociedade a se posicionar nos mais diversos temas que a afetam ou interessam. Mas essa interpretação estática não revela o quanto uma pesquisa pode ajudar a composição de *agenda setting* das sociedades (Champagne, 1990). Vistas dessa maneira, como técnicas de produção de agenda, elas guardam parentesco com os escândalos.

Evidentemente, há um contencioso social perene em torno da definição desse ente social que se tornou parte “natural” da paisagem política e cultural dos últimos cinquenta anos (Bourdieu, 1973). As aferições estatísticas são realmente uma boa aproximação “do quê pensa o povo”? Elas teriam precedência sobre outras formas de apresentar e representar a vontade popular, como o mandato político e sindical ou as lideranças religiosas ou étnicas (Rosanvallon, 2006)? De um lado, no debate sociológico, elas seriam intrinsecamente imprecisas por causa do compartilhamento apenas parcial das agendas de discussão na sociedade (Gaxie, 1978). De outro, nas suas “aplicações práticas”, elas tendem a ser hipostasiadas e reificadas pela publicação contínua das pesquisas que nos acostumam a essa forma de apresentação da realidade e por isso reiteram sua verossimilhança (Champagne, 1990; Herbst, 1993).

Nos escândalos, muitas vezes as pesquisas de opinião medem e apontam “como e quanto a população está indignada”, e o ente social ultrajado é invocado pelos denunciadores como o santo dos santos que foi conspurcado, enquanto os atacados tentam desfazer o constructo. Normalmente estes últimos falham, uma vez que, reificada, a ideia moderna de “opinião pública” já está firmemente registrada na cultura e na cena política. Além da possível, mas pouco provável, transmutação do escândalo em “caso”, às vezes o ente e seus cultuadores são obrigados a se curvar diante do altar mais poderoso da religião democrática: as eleições gerais (Rosanvallon, 2010).

Como mostram esses autores, apoiados pelos historiadores, o conceito de “opinião pública” significava anteriormente apenas a opinião agregada das elites e dos setores “esclarecidos” da população, conforme as escalas de excelência vigentes nas sociedades – o que se chamava de *l'opinion* (Chartier, 2000). O advento do artefato contemporâneo que passamos a denominar “pesquisas de opinião” parece mudar esse quadro. Os praticantes e usuários do “novo” instrumento pretendem que ele seja capaz de medir as opiniões e as preferências das populações pesquisadas como um todo, indo muito além da (elitista) simples auscultação de suas elites. Nesse sentido, ele suplantaria o conceito anterior no escopo e na legitimidade. Entretanto, a crítica sociológica procura mostrar que estamos diante de uma recolocação mais criteriosa, um *aggiornamento* do mesmo instrumento.

A última posição contraintuitiva sustenta-se quando os críticos lembram que a possibilidade de os indivíduos “terem opinião” sobre os mais diversos assuntos é diretamente proporcional à escala de prestígio ou distribuição de capital cultural na sociedade (Bourdieu, 1973; Gaxie, 1978 e 1990). O argumento contrário mais frequentemente utilizado é a capacidade das pesquisas de opinião de prever resultados eleitorais. Entretanto, segundo os críticos, as próprias sondagens eleitorais só são acuradas por causa, justamente, do caráter excepcional da propaganda eleitoral, que suscita a atenção da população para tomar partido numa eleição. E a maior prova nesse sentido é que a acurácia das pesquisas eleitorais cresce exponencialmente conforme

se aproxima o momento das eleições, justamente quando os eleitores se tornam mais dispostos a pensar no tema (Gaxie, 1990).

Invertendo essa explicação analógica, a análise dos escândalos revela como se explicitam alguns corolários dos usos mais típicos do artefato social “pesquisa de opinião”. O primeiro ponto é a produção de agendas a partir de escândalos e de pesquisas de opinião. As nuances e as consequências da seleção arbitrária ou interessada de algum tema ficam mais explícitas nas pesquisas de opinião. Quem comanda uma pesquisa pode inquirir os participantes da esfera pública sobre o “problema” que escolheu e assim lhe conferir “gravidade” em detrimento de outros temas contemporâneos (Bourdieu, 1973; Champagne, 1990). Portanto, é lícito afirmar que esse artefato social pode produzir consequências equivalentes às dos escândalos. Mais evidentemente do que no caso dos escândalos, o poder de comandar pesquisas de opinião não é uniformemente distribuído na sociedade. Deve haver ao mesmo tempo capital econômico para viabilizar os seus custos e capital simbólico para inquirir a população e publicar seus resultados.

Outra questão relevante é a tendência de fazer coincidir a opinião das elites com a “opinião pública”. Dessa maneira, os adversários das possíveis inovações não consensuais têm um aliado naqueles que tem a capacidade de encomendar as pesquisas de opinião. E isso no duplo sentido de também não encomendar pesquisas sobre pontos que são consensuais entre as elites e menos compartilhadas entre outros segmentos da população. Além da experiência internacional recente do agendamento de temas, como questões ligadas à imigração e às relações étnicas em geral, refiro-me especialmente a temas “da atualidade brasileira”. Há consenso entre as esferas sociais mais cultas, de que a proibição do porte de armas diminuiria a violência, ou, numa situação um pouco mais nuançada, de que seria um erro a adoção da política de cotas para estudantes de origem social ou racial desfavorecida. As poucas indicações existentes mostram que o porte de armas e a ação afirmativa são possivelmente mais bem aceitos por outros segmentos da população.<sup>12</sup> Da mesma maneira ocorre em relação a outros temas que também poderiam gerar plebiscitos, como no

caso da adoção da forma de governo parlamentarista, que apesar de gerar certo consenso entre as elites, foi tema derrotado já em duas consultas eleitorais.<sup>13</sup> Percebe-se assim, de maneira bem direta, como a distribuição de capitais na sociedade contemporânea influi nas suas agendas e, consequentemente, nos seus destinos. As elites apresentam, *ou não apresentam*, problemas que a incomodam. Quando sim, selecionam o enquadramento em que a questão será debatida. Alternativamente, são evitadas pesquisas nas quais o possível agregado estatístico das opiniões majoritárias possa diferir do consenso entre as elites. E assim como os escândalos, as pesquisas tornam-se instrumentos menos enviesados de conhecimento da realidade social quando não há consenso sobre o tema pesquisado entre segmentos de elite suficientemente poderosos para produzir escândalos ou comandar e divulgar pesquisas. Quando o assunto ou a forma de tratá-lo é controverso, os efeitos das pesquisas podem ser análogos ao do escândalo transmutado em caso.

### **Sociologia pragmática e pragmática sociológica**

A lógica da escandalização e suas consequências pode ser realçada a partir da análise cruzada de dois episódios que, acreditamos, marcam o começo e (possivelmente) o final de uma era social e econômica na sociedade brasileira. Em primeiro lugar, o “escândalo das mordomias”. Iniciado em 1976, ele inscreveu na sociedade brasileira a ideia de que a solução para os problemas nacionais passaria fundamentalmente pela adoção de soluções que preconizassem “mais organização espontânea da sociedade e menos Estado”. O segundo episódio, transcorrido trinta anos depois, que identifico inicialmente com o debate em torno das eleições presidenciais de 2006, mas que se prolonga até a crise financeira de 2008, diz respeito à possível superação daquela heurística social por outra que apresenta o Estado na posição de “solução” para os problemas nacionais. Em ambos os casos, criou-se uma outra sensibilidade em relação ao período antecedente, alterando o senso comum econômico e político do país e criando enquadramentos para o

exame social e científico de qualquer gênero de iniciativa ou de política.

A respeito do episódio das mordomias há uma série de reportagens (Kotcho, 1/8/1976) e, em seguida, a própria inscrição de uma nova acepção do termo no vernáculo brasileiro,<sup>14</sup> que significou também um verdadeiro programa de regeneração social, econômica e organizacional. Antes tínhamos a simples organização espontânea da sociedade civil que não deveria ser obstada. Mas muito rapidamente essa fórmula imprecisa perdeu para uma proposta mais clara que promove a equivalência entre organização espontânea e mercado e evoluímos para um pano de fundo baseado num rigor semelhante ao que está implícito na teoria econômica ortodoxa. Nesse evento, vimos a soldagem de uma nova convenção cognitiva, quando setores diversos e díspares se identificaram com a crítica que questionava o “Leviatã estatal” que, para a chamada esquerda “basista”, impedia a organização da sociedade civil e, para o empresariado organizado nas federações, impedia o livre funcionamento dos mercados. Nesse cenário, as “mordomias” passam a simbolizar a aversão da sociedade brasileira ao necessariamente ambíguo “estado de coisas” representado pela relação entre Estado e população que vigorava no ocaso da ditadura militar. A sociedade “inteira” – expressão marota que, como vimos, recobre primeiro os setores dotados de opinião e depois tenta levar no seu vácuo o restante da população – se insurge contra o Estado usurpador e se escandaliza, reforçando a abertura democrática. Num primeiro momento, todos contra o Estado, num segundo, o “mercado” ganhou mais espaço do que a “sociedade civil”. Mas o crescente desenvolvimento das ONGs no mesmo período também deixa claro que a coalizão cultural de fundo permaneceu no essencial, ainda que com maiores ganhos para o vetor “mercado” (Grün, 1999 e 2005). Desenhou-se assim um escândalo bem tipificado, no sentido da sociologia pragmática, que alterou os automatismos sociais e cognitivos, e possibilitou transformações importantes na gestão das mais diversas organizações empresariais e de outras naturezas, incluindo as estatais mediante processos de “enxugamento” dos quais a “reengenharia” foi o mais conhecido. Além disso,

propiciou a entrada em cena de um novo perfil de agente político identificado com a causa da contenção dos abusos, do qual a imagem do candidato a presidência Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”, foi o exemplo mais acabado. Um dos seus produtos de maior impacto na sociedade como um todo foi a criação do substrato cultural para a ideia de “Estado mínimo”, que vicejou sem oposição até recentemente.

É evidente que o escândalo não apareceu de nada. Antes, ele apenas galvanizou tendências que já estavam em gestação e mesmo em efervescência naquele momento. Transformações na morfologia social e no ambiente cultural nacional e internacional tornavam nosso Leviatã intragável. A enorme expansão do ensino superior via reforma universitária promovida pelo regime militar afetou o tamanho e a composição das coortes de diplomados que reivindicavam postos de comando na economia e na sociedade (Bacha e Klein, 1986). Para se alocar na estrutura social, esse contingente muito mais amplo do que a coorte precedente teria de alterar as formas de ingresso e de legitimação das posições. O contingente alargado não cabia no mundo das agências estatais, e isso num sentido duplo. No início, em termos estritamente numéricos a expansão dos diplomados foi maior do que a capacidade do Estado de disponibilizar novas posições. Além disso, a inclusão das famílias não previamente ligadas ao Estado no imperativo da necessidade do título universitário deu legitimidade intelectual às formas de inserção que não só não passavam diretamente pelo Estado, mas que também lhe eram antagônicas (Grün, 1995). A alteração da convenção cognitiva forneceu o enquadramento mais geral dessa sucessão geracional. Na sua generalidade, as “mordomias” tornaram-se um inimigo comum, necessariamente ambíguo, mas ponto de convergência específico que possibilitou a coalizão de diversos grupos da nova geração e o necessário empuxo para romper o *business as usual* que prevalecia até então.

O outro episódio, menos caracterizado (ainda) por um registro específico marcante, do que pela sequência de acusações iniciada pela denúncia do deputado Roberto Jefferson sobre o “mensalão”,<sup>15</sup> foi considerado pelos partidários de Lula como a

“desconstrução” do então presidente da República e por seus adversários como o desmascaramento do caráter desonesto e dissimulado de Lula e dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores (Costa, 2005; Camarotti e De la Penã, 2005). Observamos a partir daí uma sequência de enfrentamentos sobre as formas pelas quais a atividade econômica deveria se relacionar com o Estado. Isso produziu uma alteração significativa do ambiente econômico, deixando para trás diversos pré-julgados do período anterior.

Adiante, no Apêndice, listamos um conjunto de notícias que indica a reconfiguração da cultura econômica. A sequência mostra um crescendo da plausibilidade de soluções estatais para os problemas econômicos do país e também, correlativamente, a atribuição de “falta de Estado” (ou de planejamento/coordenação sistemática) para os problemas econômicos diagnosticados a partir do “apagão”, como ficou conhecida a crise de fornecimento e distribuição de energia elétrica” (Grün, 2005) ocorrida nos últimos dois anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Podemos assim, num espaço de trinta anos, ver um mundo se fazer (no sentido de Goodman, 1978) e, em seguida, dar indícios consistentes de que está por se desfazer. O escândalo das “mordomias” atingiu-nos de maneira certa e durável, alterando drasticamente a face da sociedade. Na chave que aqui desenvolvo, sua principal característica é a convergência cognitiva e, em menor grau, programática por ele desencadeada. De súbito, passamos a privilegiar a ação em detrimento da estrutura; a chamar de burocracia o que antes se estimava como previsibilidade; a chamar de flexibilidade o que antes denominávamos aventura (Grün, 1999).

A maior proximidade temporal com a segunda mudança e a amplitude de meios de pesquisa que a internet propiciou permite-nos examinar mais detalhadamente sua micropolítica, que proclama a volta do Estado para estruturar a economia (Grün, 2008a e b). A contestação da ordem e do bom senso econômicos que prevaleceu nos últimos trinta anos começa de maneira claramente ilegítima. É durante a campanha eleitoral para a presidência da República em 2006 que podemos perceber seus primeiros lances públicos. Num crescendo que começou com os escândalos de 2004-2005, o gover-

no Lula afirmava cada vez mais a necessidade de reaparelhar o Estado e de restabelecer a proeminência do planejamento estatal na atividade econômica. No âmbito das elites essas pretensões pareciam comprovar mais uma vez o tirocínio escasso de Lula e seus auxiliares. Entretanto a repercussão inesperada de um ponto do primeiro debate entre os candidatos Lula e Alckmin mostrou que as percepções das elites sobre “privatização” e “tamanho do Estado” estavam distantes daquelas compartilhadas pela sociedade brasileira na sua generalidade. Alckmin fez uma crítica à compra de um avião de grande porte para a presidência (o Aerolula) e a apreciação imediata dos comentaristas era de que ele tinha desferido um golpe praticamente decisivo na campanha de Lula, então arrefecida (*O Globo Online*, 2006a e b). Mas as pesquisas qualitativas a esse respeito indicaram o contrário. O “Aerolula” foi encarado como um símbolo da importância do país, e as críticas contra o “passadismo estatizante” de Lula se voltaram contra seus adversários (*Folha de S. Paulo*, 2006).

Os principais jornais do país e a campanha do candidato Alckmin, diante da evidência da preferência popular pelas prioridades do presidente postulante à reeleição, passaram a dizer que estavam sendo atacados de maneira insidiosa pelos partidários de Lula, a partir do que chamaram de “central de boatos petista”, que espalharia mentiras sobre as intenções do possível futuro governo peessedebista (*O Globo*, 2006; *Folha Online*, 2006; *Veja*, 2006; Epaminondas Neto, 2006). Já segundo os responsáveis pela campanha de Lula à reeleição, as mensagens que circulavam sobre as intenções privatizantes e contrárias à política social de Lula eram o resultado das novas possibilidades de expressão propiciadas pela blogosfera e que eram espontâneas, o que significava ao mesmo tempo que não estavam se comprometendo com seu conteúdo e que eram consideradas a “voz do povo” (Grün, 2008b).

A expressão “central de boatos” indicava a tentativa de estabelecer uma continuidade entre o comportamento de Lula e seus apoiadores no “mensalão” e as formas de atuação e propagação das ideias de Lula e de impugnação do seu adversário. Certa ou errada a caracterização pretendida pelos apoiadores de Alckmin no sentido de “aderir aos fa-

tos”, importa-nos mais a pragmática que se seguiu. Lula alarga seu campo eleitoral e sai consagrado das urnas com 60,83%, enquanto Alckmin amarga uma votação em segundo turno (39,17%) menor do que no primeiro (41,64%). Em suma, há razões para concluirmos que é possível deflagrar escândalos, mas impossível controlar seus efeitos.

Como vimos, a “funcionalidade manifesta” dos escândalos não explica integralmente sua deflagração e muito menos seus destinos. No evento em tela, ainda que a família política que fomentou e deflagrou o “mensalão” e seus corolários tenha sido derrotada nas eleições gerais, isso não significou que, individualmente, seus membros não tenham alterado suas posições nas diversas hierarquias e espaços pelos quais trafegam, ou mesmo que o esforço escandalizador não tenha diminuído a extensão de sua derrocada.

É claro que o espaço especificamente político da família que deflagrou o “mensalão” não se manteve, como vimos a partir da sucessão geracional do PFL/DEM. E suas posições na imprensa *mainstream* em relação às mídias alternativas? Não temos material para analisar essa questão em profundidade, mas as derivações teóricas indicam a necessidade de investigar esse ponto. A polarização ideológica e o debate intenso que se travou no início da década de 2010 a propósito da liberdade de imprensa, seu significado e seu estatuto jurídico e profissional, bem como seu lugar na hierarquia dos direitos e deveres, denotam a profundidade dos problemas identitários que entrevimos a partir dos usos e da adesão aos escândalos.<sup>16</sup>

No espaço jurídico o mundo permaneceu o mesmo? Assistimos diversas rusgas – a maior delas envolvendo diretamente o Ministro e então Presidente do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o Juiz Fausto De Sanctis e tendo o “famigerado” Daniel Dantas como epicentro – mas, como no caso do espaço jornalístico, também não podemos avançar muito na análise específica.<sup>17</sup> De qualquer forma, encontramos diversos movimentos coletivos, tanto internos ao espaço como exteriores a ele, no sentido de apoiar cada uma das partes em conflito, o que também denota a extensão e profundidade dos contenciosos suscitados ou revelados pelos escândalos.<sup>18</sup>

## Conclusão

Indicamos diversos mecanismos sociológicos que concorrem para a eclosão e o desenvolvimento dos escândalos, bem como o parentesco dessa forma de expressão social com outras menos diretamente marcadas por polêmicas, como as pesquisas de opinião. Também chamamos a atenção para os mecanismos internos de vários setores da sociedade atual que os impelem a deflagrar ou apoiar a escandalização, como as sucessões geracionais e as necessidades identitárias. Políticos, jornalistas e juristas são protagonistas de primeira linha da nossa trama. A primeira tentação é de, uma vez “desnudos” os mecanismos que deflagram os escândalos, culpar os segmentos dos três espaços que os utilizam pela mesquinha de tentar galgar degraus em suas carreiras usando esse instrumento que, ao alterar prioridades pactuadas pelos mecanismos deliberativos reconhecidos ou introduzir questões espúrias, tanto incomodam e atrapalham a reflexividade social.

Outra tentação é a de se colocar como juiz das disputas, atribuindo maior ou menor razão às partes em conflito. Vivendo os sociólogos no mesmo mundo em que se trava o escândalo e pensando nas características intelectuais mais típicas que fazem alguém escolher a sociologia como especialização, esse pecado é particularmente tentador. Mas aonde chegaríamos se nos deixássemos cair em tentação? Alteraríamos as condutas dos atores ou o desfecho dos escândalos para uma situação mais próxima de nossas convicções? Aumentaríamos ou diminuiríamos o conceito da sociologia na sociedade e no seio das ciências?

O uso estendido do conceito de campo que propusemos, além de suas virtualidades analíticas intrínsecas, produz um efeito de suspensão fenomenológica que pretende conferir objetividade ao estudo que se quer científico dos escândalos. Curiosamente, nesta versão, propomos usar a sugestão fenomenológica para estudar o escândalo como “coisa em si”, anulando o efeito das paixões, das atrações e das repulsas. Se não atingimos plenamente o propósito, traçamos ao menos um caminho. O campo não é só um sistema de forças objetivo que obriga os agentes a se comportarem de uma forma determinada. Ele age principalmente

*antes* da ação “consciente”, conformando percepções e vontades dos que se dizem atores e de outros que se conferem apenas o estatuto de agentes.

Por outro lado, a sociologia pragmática recente, da qual muito recebemos para a análise dos escândalos, interdita o uso do conceito de dominação por menosprezar a capacidade dos indivíduos – aqui resolutamente atores e não agentes – de terem clara consciência das situações em que estão envolvidos (Boltanski, 2009). Assim, nessa vertente os indivíduos “sabem o que fazem” quando deflagram ou combatem os efeitos dos escândalos. Aqui, se há dominação ou violência, elas são estritamente físicas, constringendo diretamente os indivíduos. Mas como tratar os contenciosos que abordamos? Nosso tema são os conflitos sociais que engendram os escândalos. As configurações nas quais esses fenômenos se inserem são quase axiomáticamente dotadas de características multidimensionais. Nesse espaço, esperar reflexividade eficiente, no sentido de antecipar e controlar os efeitos da ação social a respeito delas, é imaginar cérebros capazes de processar infinitamente para dar conta das múltiplas possibilidades e probabilidades que se abrem a partir de cada par de ação e reação correspondente. É também imaginar consciências livres de constringimentos identitários que vimos surgir nos escândalos de todos os lados e em todas dimensões. Podemos prever a recorrência do fenômeno escândalo, mas mesmo assim acompanhamos recentemente, por exemplo, a inversão total de expectativas quando da reeleição de Lula e a pauta econômica por ela engendrada. Se feitiço houve, virou contra os feiticeiros.

Mas, se não existe essa reflexividade totalizante, há certamente algum *sens du jeu*, ou “racionalidade limitada”, que informa e explica a ação dos prota-

gonistas. Afinal, parafraseando Aristóteles, aparecer é existir. Na configuração atual do campo do poder, a existência social de indivíduos e grupos passa pela produção de escândalos nos quais eles “se destacam” – passam a existir socialmente e/ou mudam suas posições nas hierarquias sociais. Seria então razoável imaginar e/ou pôr em prática uma engenharia social capaz de impedir a eclosão dos escândalos? Diante de uma questão tão direta, a resposta só pode ser negativa. Nesse contexto, seria razoável imaginar a renúncia ao uso dos escândalos como arma política mais ou menos situada, nos moldes em que se quer internacionalmente impedir, por exemplo, o uso de armas atômicas? Afinal, assim como os artefatos nucleares, sabemos que é fácil deflagrar seu uso, mas suas consequências sistêmicas podem ser devastadoras. Poderíamos pensar num acordo tácito, equivalente ao das potências nucleares? Claro que não, já que estamos abordando um jogo estruturalmente diferente, do qual participam uma quantidade indefinida, e grande, de agentes, todos candidatos a serem protagonistas. A essa altura, parece que estamos condenados a ver a repetição contínua dos escândalos e seus efeitos normalmente obliteradores nas mais diversas agendas da sociedade.

Mas talvez caiba aqui uma salvaguarda: sabemos que é praticamente impossível impedir a deflagração dos eventos. Já na sequência dos seus efeitos, uma boa vigilância social pode diminuir seus impactos. A disseminação do conhecimento sobre os constringimentos que regem a eclosão e o desenvolvimento dos escândalos provavelmente diminuiria seu ímpeto e, num prazo mais longo, poderia enfraquecer essa forma de ação social e política que surge com a modernidade, mas não revela a sua melhor faceta.

## Apêndice

### Sequência de Notícias Indicando a Alteração dos Panoramas Cultural, Econômico e Político Brasileiros a partir da Crise do “Mensalão”, Iniciada em 2005

|            |                                                                                                              |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21/09/2006 | SCHOLZ, C. & ARRUDA, R. “Escândalos vão minando república sindical”. <i>O Estado de São Paulo</i> .          |
| 08/10/2006 | <i>O Globo Online</i> . “Debate: Aerolula e ‘lógica da ética’ dominam quarto bloco”. <i>O Globo Online</i> . |
| 19/10/2006 | PAULO, F. S. “PT impôs agenda a Alckmin, dizem cientistas políticos”. <i>Folha de S. Paulo</i> .             |
| 24/10/2006 | LAMUCCI, S. “Agenda liberal afugenta presidenciáveis”. <i>Valor Econômico</i> .                              |

|            |                                                                                                                                                                                                                           |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01/11/2006 | SARDENBERG, C. A. "O PSDB acabou". <i>O Globo</i> .                                                                                                                                                                       |
| 06/01/2007 | GOIS, Chico de; JUNGBLUT, Cristiane & DAMÉ, Luiza. "Lula sanciona lei do saneamento e abre caminho para investimentos: ao aprovar o marco regulatório do setor, Presidente faz críticas à privatização". <i>O Globo</i> . |
| 14/05/2007 | ROCHA, J. "Para Santana, crise tirou governo da letargia e foi crucial à reeleição". <i>Valor Econômico</i> .                                                                                                             |
| 11/11/2007 | MARCHI, C. "Maioria é contra privatizações, aponta pesquisa: Levantamento 'Estado'/Ipsos indica que 62% do eleitorado é contra e apenas 25% é a favor". <i>O Estado de São Paulo</i> .                                    |
| 04/10/2008 | GALHARDO, R. "Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'". <i>O Globo</i> .                                                                                                                   |
| 01/03/2009 | ALENCAR, K. "Bancos fazem lobby com Lula contra demonização". <i>Folha Online</i> .                                                                                                                                       |
| 02/03/2009 | RIBEIRO, B. "Lula diz que bancos estatais dão segurança ao país em tempos de crise". <i>Valor Econômico</i> .                                                                                                             |
| 09/04/2009 | CAMBA, D. "Ingerência política volta a assustar". <i>Valor Econômico</i> .                                                                                                                                                |
| 13/04/2009 | LINS, L. "Lula: máquina pública sabe fiscalizar, mas não executar: para presidente, país desaprendeu a fazer obras". <i>O Globo</i> .                                                                                     |
| 03/07/2009 | SAFATLE, C. "Para os bancos, os tempos estão mudando". <i>Valor Econômico</i> .                                                                                                                                           |

## Notas

- 1 Para a lista, normalmente atualizada e dando acesso às referências originais, ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_esc%C3%A2ndalos\\_de\\_corrup%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_esc%C3%A2ndalos_de_corrup%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)>, consultado em 25/9/2009).
- 2 E por falar em plantinha, não é demais lembrar que o uso reiterado do bordão "ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil" contribuiu para a sociedade brasileira desenvolver um bem renomado serviço público de pesquisas agrônomicas e de extensão agrícola.
- 3 Na expressão que ficou famosa de Rahm Emanuel, chefe do *staff* de Barack Obama, as crises são oportunidades de mudança muito preciosas para serem desperdiçadas (Zeleny, 2008).
- 4 Ou talvez fosse mais correto vincular a sensibilidade social revelada no "caso Nardoni" a questionamentos sobre a estruturação atual das famílias, sobretudo a questão do divórcio e do conseqüente estatuto dos novos cônjuges dos progenitores em relação aos filhos do primeiro casamento. Talvez por isso, tenhamos observado a insistência no uso do termo "madrasta" que, como quer Houaiss, é eivado de conteúdos negativos, para se referir a Ana Jatobá.
- 5 Tal episódio foi relatado "em primeira mão" ao público brasileiro por Ruy Barbosa na sua primeira Carta da Inglaterra, em janeiro de 1895 (Barbosa, 1994).
- 6 Podemos utilizar o "escândalo do mensalão" como um bom exemplo de regime de verdade: o campo estabe-

leceu a veracidade do caráter vicioso de Lula e seus colaboradores e, trama montada, seus participantes saíram freneticamente atrás da prova definitiva da sua culpa, que no linguajar daquele momento passou a ser chamado de "o batom na cueca" (Grün, 2008a).

- 7 Há, é claro, os escândalos internos aos mundos científico e intelectual. Mas eles têm dinâmicas e morfologias diferentes daquelas que estamos tratando no momento.
- 8 Bourdieu (1984) utiliza a ideia de "homologia de posição" para analisar as convergências e divergências entre o "proletariado do ensino superior" e o proletariado propriamente dito durante a crise de 1968 na França. O primeiro grupo, composto por aspirantes a professores, políticos e intelectuais que (ainda) não encontraram seu lugar estável na sociedade se enxerga como "proletário", mas tendo como referência imediata os setores bem estabelecidos de suas profissões e especialidades. Os "proletários da intelectualidade" identificam-se com os proletários no sentido estrito, mas só até certo ponto, que, quando ultrapassado, provoca justamente a cólera mútua. Naquele momento de confrontação social e cultural aguda, os primeiros consideravam os últimos incapazes de cumprir o "destino histórico de heróis portadores do futuro radioso da humanidade" e os segundos (ao menos seus representantes sindicais estabelecidos) recusavam o papel de "bucha de canhão" que, segundo os operários, os intelectuais lhes atribuíam.
- 9 Procuo demonstrar essa aproximação entre as teorias conspiratórias e a atuação política racional contemporânea a partir da análise do papel atribuído a Daniel

- Dantas nos escândalos políticos brasileiros de 2005 (Grün, 2007 e 2008a).
- 10 O antijudaísmo tradicional é religioso, e o estigmatizado perde a condição infamante quando se converte ao cristianismo. Já o antissemitismo moderno é essencialista e bebe das teorias biológicas raciais do século XIX. Nesse quadro, o judeu é sempre pernicioso por causa da sua biologia peculiar imutável. Exemplificando: no contexto do antissemitismo nazista moderno, o próprio Torquemada, o famoso Inquisidor geral de Espanha e exemplo maior do perseguidor tradicional de judeus, que era de origem israelita, seria enquadrado na sua categoria original, inapelavelmente excluído da vida civil e provavelmente enviado aos campos de concentração. Ver aspectos dessa diferenciação em Gilman e Katz (1991).
  - 11 O quadro de constrangimentos geracionais completa-se quando observamos que naquele episódio a “linha de frente” dos contestadores dos escândalos era formada em grande parte por antigos jornalistas de renome, como Luís Nassif, Luís Carlos Azenha, Raimundo Pereira, Paulo Henrique Amorim e outros, expulsos das redações *mainstream* também por fenômenos de sucessão geracional.
  - 12 A sensibilidade popular ao primeiro tema é inferida diretamente do resultado do último plebiscito. Já na questão das cotas utilizamos, ironicamente, os resultados de pesquisa do Instituto Datafolha (Collucci, 26/7/2006). Agradeço Antonio Sérgio Guimarães por lembrar a existência da sondagem.
  - 13 O primeiro plebiscito ocorreu em 6/1/1963. Ver <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Parlamentarismo_sim_ou_nao.asp)>, consultado em 25/10/2009. O segundo, em 21/4/1993. Ver <[http://wapedia.mobi/pt/Plebiscito\\_sobre\\_a\\_forma\\_e\\_o\\_sistema\\_de\\_governo\\_do\\_Brasil\\_%281993%29](http://wapedia.mobi/pt/Plebiscito_sobre_a_forma_e_o_sistema_de_governo_do_Brasil_%281993%29)>, consultado em 21/4/2009.
  - 14 Nesse sentido, podemos comparar as acepções para o termo nas duas edições sucessivas do dicionário *Aurélio*, a primeira delas antes do escândalo e a segunda depois da sua eclosão (Ferreira, 1975; Ferreira e Anjos, 1986).
  - 15 O episódio foi deflagrado a partir da divulgação na televisão, em 14/5/2005, de uma gravação em vídeo na qual Maurício Marinho, então diretor dos Correios, recebia propina de um advogado, que se fazia passar por empresário. Posteriormente, em 6/6/2005, o deputado Roberto Jefferson, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, empregou pela primeira vez a expressão “Mensalão”, neologismo que se tornou consagrado. Ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo\\_do\\_mensal%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o)>.
  - 16 O desenrolar da disputa causou o agrupamento de dois polos. O primeiro situa-se na interface entre o governo federal e grupos que contestam a predominância da mídia privada tradicional. O segundo consiste na mídia *mainstream* e seus apoiadores. Talvez seja útil, numa primeira aproximação, condensar o estado do contencioso no final de 2009, ainda que com o risco de deixar escapar certas nuances, a partir da contraposição entre a I Conferência Nacional de Comunicação (<<http://www.confecom.gov.br/>>), convocada por setores do governo e apoiada por setores que criticam a mídia tradicional, e o I Fórum Democracia & Liberdade de Expressão, organizado pelo Instituto Millenium, fortemente apoiado pela associação dos proprietários de jornais. Ver <<http://portalimprensa.uol.com.br/portal/agenda/2010/02/18/imprensa33824.shtml>>.
  - 17 A construção de um verdadeiro “totem” moderno a partir da imagem pública do banqueiro Daniel Dantas, que foi sendo paulatinamente construída no decorrer dos diversos escândalos recentes é uma das facetas sociologicamente mais interessantes dessa trama (Grün, 2008a).
  - 18 Um bom resumo – em geral atualizado – do contencioso pode ser encontrado na consulta às rubricas “Fausto de Sanctis” (ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Fausto\\_De\\_Sanctis](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fausto_De_Sanctis)>) e “Gilmar Mendes” (ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gilmar\\_Mendes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gilmar_Mendes)>) na Wikipédia brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

- ADUT, A. (2008). *On scandal: moral disturbances in society, politics, and art*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press.
- BACHA, E. L. & KLEIN, H. S. (1986), *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BARBOSA, R. (1994). *O processo do capitão Dreyfus*. São Paulo, Giordano.
- BIRNBAUM, P. (1979), *Le peuple et le gros: histoire d'un mythe*. Paris, Pluriel.
- BLUM, L. (1993), *Souvenirs sur l'affaire*. Paris, Gallimard.
- BOHN, C. (2006), “Une société mondiale: les concepts de société opératoires dans les théo-

- ries sociales de Bourdieu et de Luhmann”, in Y. H.-P. S. Müller, *Pierre Bourdieu, théorie et pratique: perspectives franco-allemandes*, Paris, La Découverte, pp. 101-125.
- BOLTANSKI, L. (ed.). (2007), *Affaires, scandales et grandes causes: de Socrate à Pinochet*. Paris, Stock.
- \_\_\_\_\_. (2009), *De la critique: précis de sociologie de l’émancipation*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, P. (1973), “L’opinion publique n’existe pas”. *Temps Modernes*, 29 (318): 1292-1309.
- \_\_\_\_\_. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1980), “Le mort saisit le vif.” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (32-33): 3-14.
- \_\_\_\_\_. (1981), “La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36-37: 3-24.
- \_\_\_\_\_. (1984), *Homo academicus*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1989), *La noblesse d’Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1992A), “La jeunesse n’est qu’un mot”, in \_\_\_\_\_, *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit, pp. 143-154.
- \_\_\_\_\_. (1992B), *Les règles de l’art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil.
- BOUVERESSE, J. (2001), *Schmock ou le triomphe du journalisme: la grande bataille de Karl Kraus*. Paris, Seuil.
- BROWN, D. (2004), *O código Da Vinci*. Rio de Janeiro, Sextante.
- BUENO, W. C. (2007), “A imprensa entre o ‘furo’ e a ‘barriga’”. *Portal Imprensa*, 24 set. Disponível em <<http://portalimprensa.uol.com.br/>>.
- CABRAL, O. (2009). “Entrevista: Jarbas Vasconcelos O PMDB é corrupto Senador peemedebista diz que a maioria dos integrantes do seu partido só pensa em corrupção e que a eleição de José Sarney à presidência do Congresso é um retrocesso”. *Veja*, 18 fev.
- CAMAROTTI, G. & DE LA PENÁ, Bernardo. (2005), *Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*. São Paulo, Geração Editorial.
- CANZIAN, F. (2008), “Pela 1ª vez, Lula é aprovado por todos segmentos sociais: Avaliação positiva do presidente passa de 50% até entre os mais ricos e escolarizados; Pesquisa Datafolha mostra que 64% dos brasileiros consideram o governo ótimo ou bom, recorde depois da redemocratização”. *Folha de S. Paulo*, 12 set.
- CHAIA, V. & TEIXEIRA, M. A. (2001), “Democracia e escândalos políticos.” *São Paulo em Perspectiva*, 15: 62-75.
- CHAMPAGNE, P. (1984). “La manifestation: la production de l’événement politique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-53: 18-41.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Faire l’opinion: le nouveau jeu politique*. Paris, Minuit.
- CHAMPAGNE, P. & CHRISTIN, O. (2004), *Mouvements d’une pensée Pierre Bourdieu*. Paris, Bordas.
- CHARLE, C. (2004), *Le siècle de la presse 1830-1939*. Paris, Seuil.
- CHARTIER, R. (2000), *Les origines culturelles de la Révolution Française*. Paris, Seuil.
- COLLUCCI, C. (2006), “65% apóiam cotas raciais na faculdade: Menos da metade dos entrevistados pelo Datafolha conhece a proposta e apenas 9% declararam estar bem informados. Pesquisa revela que a rejeição à reserva de vagas para os negros em universidades é maior entre os mais ricos e os mais escolarizados”. *Folha de S. Paulo*, 26 jul.
- COSTA, L. M. (2005), “A inexorável desconstrução de Lula”. *Observatório de Imprensa*, 25 jul.
- COWING, C. B. (1965), *Populists, plungers, and progressives; a social history of stock and commodity speculation, 1890-1936*. Princeton, Princeton University Press.
- DE BLIC, Damien. (2003), *Le scandale financier: naissance et déclin d’une forme politique, de Panama au Crédit Lyonnais*. Tese de doutorado em Sociologia, Paris, L’École des Hautes Études.
- DE BLIC, D. & LEMIEUX, Cyril. (2005), “Le scandale comme épreuve: éléments de sociologie pragmatique”. *Politix*, 18 (31): 9-38.
- DOBRY, M. (1986), *Sociologie des crises politiques la dynamique des mobilisations multisectorielles*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- DOUGLAS, M. (1986), *How institutions think*. Syracuse, NY, Syracuse University Press.

- DOUGLAS, M. & STEVEN, N. (1998), *Missing persons: a critique of the social sciences*. Berkeley, University of California Press/Russell Sage Foundation.
- DUBY, G. (1997), “Les ‘jeunes’ dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII<sup>e</sup> siècle, in \_\_\_\_\_, *Feodalité*, Paris, Gallimard, pp. 1383-1398.
- EPAMINONDAS NETO, F. N. (2006). “Para Alckmin, ‘terrorismo’ do PT sobre privatizações não afetará eleição”. *Folha de S. Paulo*, 19 out.
- FERREIRA, A. B. H. (1975), *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FERREIRA, A. B. H. & ANJOS, M. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FLECK, L. ([1935] 1979), *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago, University of Chicago Press.
- FOLHA DE S. PAULO. (2006), “PT impôs agenda a Alckmin, dizem cientistas políticos”. *Folha de S. Paulo*, 19 out.
- FOLHA ONLINE. (2006). “Coordenador de Alckmin acusa Lula de espalhar boatos; Lula alerta para privatizações”. *Folha de S. Paulo*, 10 out.
- FOUCAULT, M.; DEFERT, D. *et al.* (2001), *Dits et écrits, 1954-1988*. Paris, Gallimard.
- GANS, H. J. (2004), *Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time/Herbert J. Gans*. Evanston, Northwestern University Press.
- GARRIGOU, A. (1992), “Le président à l'épreuve de le scandale: désétabilisation apparente et consolidation fonctionnelle, in B. Lacroix e J. Lagraye (orgs.), *Le président de la république*. Paris, Presse de la F.N.S.P.
- \_\_\_\_\_. (1993), “Le scandale politique comme mobilisation”, in F. Chazel, *Action collective et mouvements sociaux*, Paris, PUF.
- GAXIE, D. (1978), *Le sens caché inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris, Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1990). “Au-delà des apparences... sur quelques problèmes de mesure des opinions.” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82: 97-112.
- GILMAN, S. L. & KATZ, S. T. (1991), *Anti-semitism in times of crisis*. Nova York, New York University.
- GINZBURG, C. (1983), “Des ténèbres médiévales au black-out de New York (aller-retour) in Le Moyen Age maintenant”, *Europe*, 61 (654): 5-14.
- \_\_\_\_\_. (1992), “Just one witness”, in S. Friedländer, *Probing the limits of representation: nazism and the 'final solution'*. Cambridge, Harvard University Press, pp. 82-96.
- GIRARDET, R. (1986), *Mythes et mythologies politiques*. Paris, Seuil.
- GLUCKMAN, M. (1963), “Gossip and scandal”. *Current Anthropology*, 4: 307-316.
- GOODMAN, N. (1978), *Ways of worldmaking*. Indianapolis, Hackett.
- GRÜN, R. (1995), *A revolução dos gerentes brasileiros*. São Carlos, SP, Editora da UFSCar.
- \_\_\_\_\_. (1999). “Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14: 121-140.
- \_\_\_\_\_. (2003). “Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18: 139-161.
- \_\_\_\_\_. (2005), “Apagão cognitivo: para uma sociologia da crise energética”. *Dados*, 48 (4): 891-928.
- \_\_\_\_\_. (2007), “Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira”. *Mana*, 13: 381-410.
- \_\_\_\_\_. (2008A), “Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico”. *Dados*, 51: 313-352.
- \_\_\_\_\_. (2008B), “Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a ‘blogosfera’”. *Sociedade e Estado*, 23: 621-666.
- \_\_\_\_\_. (2009), “Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI”. *Tempo Social*, 21: 153-184.
- GUERREIRO, G. (2007), “PFL muda de nome e elege Rodrigo Maia como novo presidente do partido”. *Folha Online*, 26 mar.
- GUSFIELD, J. R. (1986), *Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement*. Urbana, University of Illinois Press.
- HANDLER, J. F. & HASENFELD, Y. (1991), *The moral construction of poverty: welfare reform in America*. Newbury Park, Sage.

- HERBST, S. (1993). *Numbered voices: how opinion polling has shaped American politics*. Chicago, University of Chicago Press.
- HUNTER, J. D. (1991), *Culture wars: the struggle to define America*. Nova York, Basic Books.
- JANKOWSKI, P. (2002), *Stavisky: a confidence man in the republic of virtue*. Ithaca, Cornell University Press.
- KOTCHO, R. (1976), “Assim vivem os nossos superfuncionários. *Estado de S. Paulo*, 1 ago.
- KUHN, T. S. (1962), *The structure of scientific revolutions*. Chicago, University of Chicago Press.
- LABORIE, P. (1990), *L'opinion française sous Vichy*. Paris, Seuil.
- LAKOFF, G. (1996), *Moral politics: what conservatives know that liberals don't*. Chicago, The University of Chicago Press.
- MACKENZIE, D. A. (2006), *An engine, not a camera: how financial models shape markets*. Cambridge, MIT Press.
- MARRUS, M. R.; Vidal-Naquet, P. et al. (1972), *Les Juifs de France à l'époque de l'affaire Dreyfus: l'assimilation à l'épreuve*. Paris, Calmann-Lévy.
- MATAIS, A. (2007). “PFL aprova mudança de nome para PD em busca de mais poder”. *Folha Online*, 8 fev.
- MEDINA, J. (1992), “O Zé Povinho, caricatura do *Homo lusitanus*”, in J. Medina, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Inic.
- MOLICA, F. E. (2005), *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro, Record.
- MUEL-DREYFUS, F. (1996), *Vichy et l'éternel féminin: contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*. Paris, Seuil.
- NECKEL, S. (2005), “Political scandals an analytical framework”. *Comparative Sociology*, 4 (1/2): 101-111.
- NERY, A. L. (2006), “Acre terá a bancada mais nova e Piauí, a mais velha: a média de idade dos 513 eleitos para a Câmara é de 51,07 anos”. *O Globo Online*, 24 out.
- NEVEU, E. (2001), *Sociologie du journalisme*. Paris, La Découverte.
- NOIRIEL, G. (2009), *Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle) discours publics, humiliations privées*. Paris, Hachette.
- PAUWELS, L. (1975), *O despertar dos mágicos, introdução ao realismo fantástico*. 11 ed. São Paulo, Difel.
- PINTO, L. (2002). *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*. Paris, Seuil.
- O GLOBO*. (2006), “Tucano denuncia central de boatos do PT: Alckmin diz que petistas, e até ministros, estariam espalhando rumores para desestabilizá-lo”. *O Globo*, 6 out.
- O GLOBO ONLINE*. (2006a). “Debate: Aerolula e ‘lógica da ética’ dominam quarto bloco”. *O Globo Online*, 8 out.
- \_\_\_\_\_. (2006B), “Ética e escândalos de corrupção marcam primeiro debate entre Lula e Alckmin”. *O Globo Online*, 9 out.
- REINHART, C. M. & Rogoff, K. S. (2009), *This time is different: eight centuries of financial folly*. Princeton, Princeton University Press.
- ROSANVALLON, P. (2006), *La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Paris, Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2010), *La légitimité démocratique: impartialité, réflexivité, proximité*. Paris, Seuil.
- SAPIRO, G. (2004), “The structure of the French literary field during the German Occupation (1940-1944): a multiple correspondence analysis”. *Poetics*, 30 (5-6): 387-402.
- SCHORSKE, C. E. (1981), *Fin-de-siècle Vienna: politics and culture*. Nova York, Vintage Books.
- SCHUDSON, M. (1984), *Advertising, the uneasy persuasion: its dubious impact on American society*. Nova York, Basic Books.
- SOBEL, T. M. M. E. (2001), “Culture wars and opinion polarization: the case of abortion”. *The American Journal of Sociology*, 106 (4): 913-943.
- STERNHELL, Z. (1984), *La droite révolutionnaire, 1885-1914: les origines françaises du fascisme*. Paris, Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2006), *Les anti-lumières: Du XVIIIe siècle à la guerre froide*. Paris, Fayard.
- TAGUIEFF, P.-A. (2005), *La foire aux illuminés: ésotérisme, théorie du complot, extrémisme*. Paris, Mille et Une Nuits.
- THE ECONOMIST*. (2009). “Brazil takes off: now the risk for Latin America's big success story is hubris”. *The Economist*, 12 nov.

- THOMPSON, J. B. (2000), *Political scandal: power and visibility in the media age*. Cambridge/ Malden, MA, Polity Press/Blackwell.
- TUCHMAN, G. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. Nova York, Free Press.
- ULHÔA, R. (2007). “PFL muda de nome e coloca Rodrigo Maia no comando”. *Valor Econômico*, 29 mar.
- VEJA. (2006). “O terrorismo do PT”. *Veja*, 13 out.
- WEBER, E. J. (1999), *Apocalypses: prophecies, cults, and millennial beliefs through the ages*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- ZELENY, J. (2008), “Obama weighs quick undoing of Bush policy”. *The New York Times*, 9 out.

**ESCÂNDALOS, TSUNAMIS E MAROLAS: APONTAMENTOS E DESAPONTAMENTOS SOBRE UM TRAÇO RECORRENTE DA ATUALIDADE**

Roberto Grün

**Palavras-chave:** Teoria dos campos; Sociologia econômica; Sociologia política; Escândalos.

Segundo a Wikipédia, o Brasil passou por 97 escândalos políticos e financeiros na década de 1990. Na primeira década do novo século, foram registrados 125 eventos “dessa natureza”. Essa catalogação parece comprovar a crença popular de que “o Brasil não tem jeito”. A tarefa aqui é mostrar que os escândalos podem ser alguma coisa maior e mais complexa do que a simples manifestação de descalabros. Nessa linha, sugerimos que os escândalos podem ser utilmente tratados como uma forma de ação, de controle e também, por vezes, um mecanismo de mudança social. Por meio deles, a sociedade abandona, reitera, altera ou cria normas de convívio e de legitimação.

**SCANDALS, TSUNAMIS, AND RIPPLES: NOTES AND DISAPPOINTMENTSON A RECURRENT FEATURE OF THE PRESENT**

Roberto Grün

**Keywords:** Theory of fields; Economic sociology; Political sociology; Scandals.

According to Wikipedia, Brazil went through 97 political and financial scandals in the 1990s. In the first decade of this century, 125 of “those events” were recorded. Such listing seems to confirm the popular belief that “Brazil cannot be helped.” Our task here is to show that scandals may be something bigger and more complex than the mere manifestation of decay. Along these lines, we suggest that scandals can be properly dealt with as some way of action, control and, sometimes, as some mechanism of social change. By means of scandals a society abandons, reiterates, alters, or creates standards of living and legitimation.

**SCANDALES, TSUNAMIS ET REMOUS: ANNOTATIONS ET DÉCEPTIONS SUR UNE CARACTÉRISTIQUE RÉCURRENTÉ DE L'ACTUALITÉ**

Roberto Grün

**Mots-clés:** Théorie des domaines; Sociologie économique; Sociologie politique; Scandales.

Selon la Wikipédia, le Brésil est passé par 97 scandales politiques et financiers dans les années 1990. Au cours de la première décennie de ce nouveau siècle, 125 événements « de cette même nature » ont été enregistrés. Ce catalogage semble prouver la croyance populaire selon laquelle « le Brésil n'a pas de solution ». La tâche est ici de démontrer que les scandales peuvent être en quelque sorte plus grands et plus complexes que la simple manifestation de déboires. Suivant cette pensée, nous suggérons que les scandales peuvent être utilement traités en tant que forme d'action, de contrôle et aussi, parfois, de mécanisme de changement social. Par eux, la société abandonne, réitère, altère ou crée des normes de convivialité et de légitimation.